

UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS

Lourença Santiago Ribeiro e Diego Castro – Trilhas Incubadora Social Marista
lourencasantiago@gmail.com; diegocastro.palma@gmail.com
CNPQ
GT - Redes e organizações solidárias

Trata-se de um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho no âmbito dos Empreendimentos Econômicos Solidários que integram o programa municipal de Economia Solidaria de São José dos Pinhais - Paraná. A pesquisa analisou as seguintes esferas ou variáveis: biológica/fisiológica, psicológica/comportamental, sociológica relacional, econômica/política e ambiental organizacional. Além de mostrar que no geral os trabalhadores estão satisfeitos com a qualidade de vida nos seus trabalhos a pesquisa explicitou a satisfação dos entrevistados com: a sua capacidade de trabalho, significância das atividades realizadas, a possibilidade de desenvolvimento profissional, as relações estabelecidas no ambiente de trabalho e identificação com o trabalho realizado. No entanto, apresentaram-se insatisfeitos com os serviços de saúde e de assistência social, oportunidade de crescimento e com o retorno financeiro.

1. INTRODUÇÃO

A temática qualidade de vida no trabalho desenvolveu-se em um contexto capitalistas. Tendo por objetivo o aumento da produtividade e, por conseguinte, o lucro das empresas.

Para Furtado (2011) o sistema capitalista caracteriza-se pela concentração do capital e dos meios de produção nas mãos do capitalista, pelo controle excessivo do processo produtivo, pela heterogestão - administração hierárquica, segundo a qual quanto maior é o nível do funcionário, a mais informações ele tem acesso e maior é o seu poder dentro da organização - bem como pela exploração dos recursos humanos.

Apesar de estarem inseridos no cotidiano desde os tempos antigos, os estudos sobre a qualidade de vida no trabalho tiveram início nos anos 60, em Londres, quando da realização de pesquisas organizada e aplicadas por Eric Trist e seus colaboradores. A pesquisa sobre qualidade de vida foi retomada na década de 80 quando no Japão o objetivo era de alcançar o controle total da produção, passando a se preocupar-se também com a qualidade de vida dos trabalhadores (SCHMIDT, 2006)

Fazer um olhar para a qualidade de vida no trabalho implica em analisar as concepções de trabalho ao longo da história da humanidade, bem como em diferentes contextos e ou modelos econômicos.

O trabalho é uma atividade inerente ao ser humano e como tal está presente na vida dos seres humanos desde a antiguidade. Todavia, sofreu alterações substanciais ao longo da história da humanidade, por exemplo, no princípio na história da humanidade o trabalho era desenvolvido apenas para fins de subsistência, já da idade moderna em diante passa a ser utilizado para fins de geração e acúmulo de riqueza, características da sociedade capitalista. No entanto, o termo trabalho, designando esforços físicos, e ou atividades relacionadas ao processo produtivo surgiu somente na idade média.

No âmbito do sistema capitalista o foco é o mercado, as pessoas vendem a sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção, já na economia solidária o ser humano é a figura central e considera-se como trabalho todo e qualquer esforço humano. Considerando os princípios e características da economia solidária, percebe-se que diferentemente do que prega o capitalismo, é possível produzir, distribuir e consumir de forma justa, solidária e sustentável, gerando trabalho e distribuição de renda e superando a alienação do trabalho.

A via para que isso aconteça é o exercício da democracia, a partilha por igual dos resultados econômicos, políticos e culturais entre os participantes, assim como o reconhecimento do ser humano na sua integralidade. Nessa perspectiva, o ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na sequência serão apresentados conceitos e percepções a cerca da qualidade de vida no trabalho, um resgate histórico do trabalho ao longo da história da humanidade, e por fim será apresentado o modelo de organização para produção ou modelo econômico contra hegemônico denominado Economia Solidária, que caracteriza-se por considerar o homem e não o capital o centro das atividades econômicas.

2.1 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O Conceito de qualidade de vida no trabalho tem por base a definição de qualidade de vida. Segundo Salles e Federigui (2006) as variáveis que determinam a qualidade de vida são: a saúde física, psicológica, convicções pessoais, relações pessoais e ambientais. Já a Organização Mundial da Saúde - OMS, define qualidade de vida como: “A percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (ORGANIZAÇÃO MUNDIALDA SAÚDE, 2006, p.3)

O conceito apresentado pela OMS deu origem a definição de qualidade de vida no trabalho. No entanto, Fernandes (1996) acrescenta que se trata de uma construção multidimensional que se refere á satisfação em geral do sujeito e a busca do seu equilíbrio entre a vida pessoal, profissional, sentimento de pertencer ao grupo de trabalho e a sensação de ser valorizado e respeitado. Leva em consideração por exemplo, o cuidado do bem estar e do ambiente, como fundamental para garantir uma melhor produtividade e qualidade no trabalho, além de uma melhor satisfação na vida pessoal (CAVASANI; BIAZIM, 2006).

Fernandes (1996) salienta que não há uma definição conceitual única para Qualidade de vida no trabalho, pois deve ser considerada como uma gestão dinâmica, devido ao fato de as pessoas e as organizações mudarem constantemente; é contingencial, porque depende da realidade de cada organização e do contexto em que está inserido.

Max-Neef (2012) enfatiza que não é necessário compreender o que o meio coloca a disposição dos grupos ou indivíduos para satisfazerem suas necessidades, mas é preciso analisar o quanto esse meio reprime, tolera ou estimula para que as oportunidades sejam recriadas pelos próprios indivíduos ou grupos. Entretanto, o autor ressalta que as necessidades humanas devem ser analisadas como um sistema, pois todas são interligadas e se as necessidades fundamentais não forem adequadamente satisfeitas geram uma patologia no sujeito.

É perceptível que a qualidade de vida no trabalho recebe influências diversas, questões como relações interpessoais satisfação com a remuneração, reconhecimento e valorização da atividade prestada, além da constatação de que os objetivos estão sendo atingidos. Atualmente, diversos fatores contribuem com o comprometimento e valorização da atividade exercida, ressalta-se a interferência de agentes externos ao ambiente de trabalho, como saúde, vida pessoal, lazer e estado emocional, o que leva a entender que a qualidade de vida e a qualidade de vida no trabalho estão intimamente conectadas e que ambas proporcionam uma vida mais saudável para o indivíduo (FERRO, 2012).

Os estudos sobre qualidade de vida no trabalho na sua grande maioria estão relacionados ao aumento na produção e ou a diminuição dos custos de produção ocasionando sobrecarga e insatisfação nos trabalhadores. Nesse sentido Schein (1982, p. 19) afirma que os seres humanos dedicam-se verdadeiramente ao trabalho a ele designado quando tem suas expectativas atendidas, e para o autor tais expectativas nem sempre estão relacionadas a retorno financeiro e nem são palpáveis. São, na verdade, necessidades subjetivas e envolvem o “senso de dignidade e valor da pessoa”, assim como a disponibilidade de recursos necessários para o bom desenvolvimento do seu trabalho e a possibilidade de aprendizagem contínua. Para o autor, “quando as necessidades e as forças externas mudam, mudam também essas expectativas”.

Segundo Schein (1982, p. 34), o comportamento apresentado pelas pessoas dentro das organizações está relacionado à forma como são tratadas, assim como as normas e valores que observam internamente. Em sendo verdade a colocação do autor, seria muito

complicado falar de qualidade de vida no trabalho em uma sociedade capitalista, que tem como motor de desenvolvimento o controle excessivo do processo produtivo, a alienação e a exploração da mão de obra, sem contar a precarização nos ambientes de trabalho. ambientes de trabalho. Max- Neef (2012) corrobora ressaltando que no contexto atual, marcado por diferentes tipos de explorações, exclusões e desigualdades sociais e no qual o capital é quem determina a ordem econômica, é possível se deparar com um aumento dramático das patologias coletivas, entretanto, não é expertise curar um indivíduo e recolocar em um ambiente que é enfermo, como é o caso de grande parte dos ambientes de trabalho.

Para fazer um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho é necessário conhecer minimamente a epistemologia do termo trabalho e sua trajetória ao longo da história da humanidade. Tal análise será apresentada na sessão subsequente.

2.2 TRABALHO

Sobre a origem e a história do trabalho Marx e Engels citado por Furtado (2011, p.50), relatam que em determinado momento da história da humanidade os indivíduos passaram a fazer uso contínuo e sistemático de instrumentos que os auxiliasse na realização de seus afazeres. Esse seria segundo Furtado um dos momentos mais importantes da evolução humana, já que foi a partir daí que o homem passou a conceber de forma antecipada a ação a ser realizada e os recursos necessários. Para o Autor, outro marco na história do trabalho foi o momento em que as relações de trabalho passaram a ser compreendidas como relações sociais, “ultrapassando sua função de garantir sobrevivência e permitindo a acumulação e a programação da produção, momento em que foi descoberta a agricultura”. Esses seriam, por conseguinte marcos importantes da história da humanidade.

Furtado (2011, p. 50) esclarece que na sociedade primitiva o trabalho era “realizado de acordo com a necessidade do coletivo ” os afazeres eram desenvolvidos de forma a garantir a subsistência dos indivíduos e que somente 9 mil anos depois do surgimento da agricultura e em meio a uma nova ordem econômica, política e social o trabalho passou a ser desenvolvido com o objetivo de produzir riqueza, acumula-la e manter segmentos sociais privilegiados e dominantes (FURTADO, 2011, p. 53).

Apesar de a agricultura ser uma atividade produtiva na história da humanidade, os artesãos são considerados como a primeira forma de produção organizada, já que eram estabelecidos prazos, preços e encomenda (ESCORSIM; KOVALESKI; PILATTI; CARLETO, 2005).

Após a idade média o conceito de trabalho ganhou um sentido positivo e passou a ser entendido como uma ação auto criadora, e o homem como um criador de si e da natureza, nessa perspectiva os indivíduos ganharam espaço para desenvolver e aplicar suas capacidades, tal evento foi um dos determinantes por mudanças estruturais da sociedade, tais como o surgimento das cidades e a implantação de valores e conceitos próprios de sociedade patriarcal, no entanto, foi um período de pouco avanço científico, já que a igreja mantinha o domínio sobre o conhecimento produzido. Foi também nesse momento da história que o Calvinismo transformou o trabalho em meio para adquirir riquezas, para tanto passou a ideia de que o trabalho faria o homem ser percebido por Deus (WOLECK, 2002).

Na Idade Moderna o trabalho ganhou nova importância, passou a diferenciar trabalho qualificado do não qualificado, o produtivo e o não produtivo, a separação do manual e intelectual, tornando-o uma atividade compulsiva e incessante (KURZ, 1997). WOLECK (2002) complementa dizendo que na idade moderna todas as atividades humanas tornara-se foco de negociação e essa lógica predominou a vida e a existência humana na idade moderna

Segundo Pinto (2007, p. 19) foi a partir da idade moderna que “o trabalho foi incorporado pelo modo de produção capitalista e submetido aos interesses de classes aí envolvidas”, explicitado na relação entre empresário, detentores do capital e dos empregados, pessoas que contavam apenas com a sua capacidade de trabalho, sendo assim cabe unicamente ao empregado vender sua capacidade de produção ao empresário capitalista, dando origem ao trabalho assalariado. O autor escreve que no início o capitalista se interessava somente pelo fornecimento de matéria prima e de alguns produtos transformados por alguns trabalhadores e repassavam a comerciantes e consumidores finais. Para o autor foi a luta pelo controle do trabalho humano que levou o capitalista a adentrar o processo produtivo. De início com a “apropriação dos instrumentos de trabalho, das terras e matérias-primas pelos empregadores capitalistas”, cabendo aos trabalhadores apenas a venda de seus conhecimentos de transformação da matéria prima em produtos

finais. Dando origem ao que, posteriormente, foi chamado de industrialização e, por conseguinte a segmentação e alienação do trabalho.

Porém, a industrialização, como atividade econômica que impulsionou o modelo de desenvolvimento denominado capitalismo consolidou-se apenas no final do século 19.

Para Pinto (2007, p. 22) a complexidade do mundo moderno e contemporâneo levou as empresas a buscarem novas estratégias a fim de “aumentar as escalas de produção, padronizar a qualidade dos produtos, diminuir os custos de produção e transporte” levou as empresas a exercerem um controle ainda maior sobre o trabalho humano, a ponto de enxergarem o trabalhador apenas como uma peça da engrenagem do processo produtivo.

Ainda sobre a origem do trabalho, Furtado (2011) ressalta que apesar de utilizar o termo para designar o processo produtivo na pré-história e da idade antiga, a palavra trabalho surgiu somente na idade média e tem origem no termo latim *tripalium*, nome dado ao instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, utilizados para torturar os escravos. Ainda sobre a etimologia do termo trabalho, Decca (1984) citado por Furtado (2011) analisa a etimologia do termo trabalho e diz que “seja a palavra latina inglesa *labor*, ou a francesa *travail*, a grega *ponos* ou a alemã *arbeit*, todas elas assinalam a dor e o esforço inerente ao esforço humano”.

Por fim, o trabalho tornou-se parte da cultura e nele os seres humanos passaram a depositar certas atribuições, Marx (1983) enfatiza que é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social. Portanto pode-se dizer que ele é fonte de experiência psicossocial, se ocupando de um espaço no desenvolvimento da vida humana, fazendo com que não seja somente meio de satisfação de necessidades básicas, mas também fonte de identificação, autoestima, desenvolvimento de potencialidades, sentimento de participação na sociedade e colabora na busca da identidade (NAVARRO;PADILHA, 2007).

Desde a antiguidade o trabalho faz parte da vida dos seres humanos, todavia, caracterizou-se e apresentou objetivos distintos ao longo da história da humanidade. Para além da temporalidade, o trabalho apresenta objetivo e caracteriza-se de forma diferente em diferentes sistemas econômicos. Por exemplo, no âmbito na economia solidária, modelo de econômico apresentado na sequência, todo e qualquer processo produtivo se dá de forma cooperativa, associada e solidária o que confere um caráter diferenciado ao trabalho.

2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária nasceu na Europa como resposta à crise instaurada pelo surgimento do capitalismo industrial, caracterizado pelo novo arranjo produtivo baseado no uso da máquina, na industrialização dos processos e exploração dos trabalhadores, gerando o empobrecimento e a exclusão dos artesãos (SINGER, 2002). Dois eventos históricos corroboraram para que essa crise se instaurasse: a primeira revolução industrial, que ocorreu na Grã Bretanha, e a expulsão em massa dos camponeses que viviam sob os domínios senhoriais e que se tornaram proletários. Ao mesmo tempo que muitos dos serviços até então desenvolvidos artesanalmente passaram a ser realizados com uso de máquinas, em maior quantidade e em menos tempo, existia um número cada vez maior de pessoas em busca de emprego.

Na atualidade é possível identificar ao menos três vertentes da Economia Solidária: a primeira faz um olhar para o modelo de gestão praticado por Empreendimentos Econômicos Solidários, a autogestão, a segunda discorre sobre a importância da economia solidária organização dos trabalhadores, na geração de trabalho e renda e de inclusão social e a terceira vertente tem investigado a Economia Solidária como outro modelo de desenvolvimento, que preocupa-se com o ser humano e com a sustentabilidade do meio ambiente.

Para Nascimento (2011), não existe Economia Solidária sem autogestão e vice e versa. O autor justifica seu posicionamento dizendo que a origem da economia solidária e a retomada dos princípios do movimento operário as tornam, se não sinônimas, no mínimo conceitos que não existem separadamente. Para Nascimento (2011, p. 91), a Economia Solidária é “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna que promove a justiça econômica e equidade de gênero, seja no campo ou na cidade”. Enquanto a autogestão é “um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção” (NASCIMENTO, 2011, p. 92).

Para Singer (2002), a Economia Solidária é um novo modo de produção, que se diferencia das organizações que funcionam na lógica capitalista, principalmente pela forma como ela é gerenciada. A empresa capitalista pratica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, na qual quanto maior o nível hierárquico do funcionário maior é

o seu poder dentro da organização. O autor destaca que “à medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador” (SINGER, 2002, p. 16-18). Já os empreendimentos econômicos solidários, praticam a autogestão, ou seja, todos os membros e ou associados conhecem todos os processos existentes e participam da tomada de decisão.

Gadotti (2009) é um dos autores que entendem a Economia Solidária como uma prática pedagógica. O autor enfatiza a riqueza dos processos e experiências encontradas no âmbito da economia solidária, e ressalta a importância dos princípios da solidariedade, da cooperação, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Para o autor, o ideário da economia solidária renova a esperança em mudanças significativas na forma de produzir, consumir e na construção de relações sociais horizontalizadas, na promoção da igualdade, do respeito, da cooperação, da solidariedade e da sustentabilidade.

Os princípios básicos da Economia Solidária são: a utilização da propriedade coletivamente e o direito à liberdade individual, sendo que a “aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (SINGER, 2002).

A autogestão acontece através da adoção de práticas que valorizam e propiciam a participação, a democracia, a coletividade e a autonomia de um coletivo. Trata-se de um exercício cotidiano de partilha, que fortalece os relacionamentos e a cooperação entre os membros do empreendimento. A horizontalidade nas relações, a transparência e a confiança são fundamentais neste modelo de gestão. É o modelo de gerir praticado por empreendimentos solidários, nesta forma de organização todos os trabalhadores participam tanto da tomada de decisão quanto da sua execução. O poder de decisão cabe, portanto, exclusivamente aos trabalhadores.

Para alguns teóricos defensores deste modelo, a autogestão não é apenas uma forma diferente de administrar um empreendimento, trata-se de uma mudança sociocultural, em econômica, política e técnica. No âmbito sociocultural, a mudança ocorre a partir da participação das pessoas no planejamento e na execução das ações e, posteriormente, na coleta dos resultados. Na perspectiva econômica, o trabalho humano configura-se como o bem maior. No que se refere às questões políticas, a prática da autogestão cria a necessidade da elaboração e aprovação de instrumentos legais, a fim de garantir que as

decisões coletivas sejam respeitadas e executadas de forma democrática (ALBUQUERQUE, 2003).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados, analisados e correlacionados com o objetivo de conhecer a problemática relacionada a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que integram o programa municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais. A pesquisa exploratória proporcionou o contato e a familiaridade com o problema pesquisado, assim como a sistematização e o registro ou dos processos, fatos e/ou fenômenos estudados, conferindo o caráter descritivo à pesquisa. Para Gil (1991) a pesquisa descritiva tem o papel de apontar as características de determinada população, fenômeno, ou então estabelecer relações entre as variáveis.

O método utilizado foi o estudo de caso, foi realizado junto ao Programa Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais. Segundo Yin (2010, p. 39), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que deve ser aplicada quando se busca examinar acontecimentos contemporâneos e quando não existe a necessidade ou o interesse em manipular os comportamentos relevantes identificados. Para Yin (2010, p. 24) “o estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”, como, por exemplo, os ciclos de vida e o comportamento dos grupos.

A investigação foi realizada junto aos trabalhadores e trabalhadoras que integra o programa Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais – Paraná, que no momento da pesquisa contava com 105 trabalhadores. Foram aplicados 30 questionários sendo que 93% dos participantes da pesquisa são mulheres com idade entre 18 e 66 anos, o nível de escolaridade variado, do fundamental completo a pós graduado. Os dados foram coletados individualmente durante Feira de Natal promovida pelo Programa Municipal de Economia Solidária de São José dos Pinhais que aconteceu na primeira quinzena de Dezembro de 2014.

São José dos Pinhais é um dos 4 municípios do Estado do Paraná que dispõem de política pública em Economia Solidária. Em 2014 o programa de Economia Solidária do

município contou com 17 Empreendimentos Econômicos Solidários, e reuniu aproximadamente 120 trabalhadores e trabalhadoras.

A ferramenta utilizada para coleta de dados foi o TQWL-42 (2009) elaborada por Pedroso (2010) cuja sigla significa *Total QualityofWork Life (Qualidade de Vida no trabalho)*. Este instrumento é composto por 47 questões fechadas, as questões foram elaboradas de forma a analisar os aspectos que determinam a qualidade de vida no trabalho. Das 47 questões, cinco são destinadas a identificação da amostra, e as demais estão distribuídas entre as cinco grandes esferas: biológica/fisiológica, psicológica/comportamental, sociológica relacional, econômica/politica e ambiental organizacional, variáveis essas apresentadas no quando abaixo.

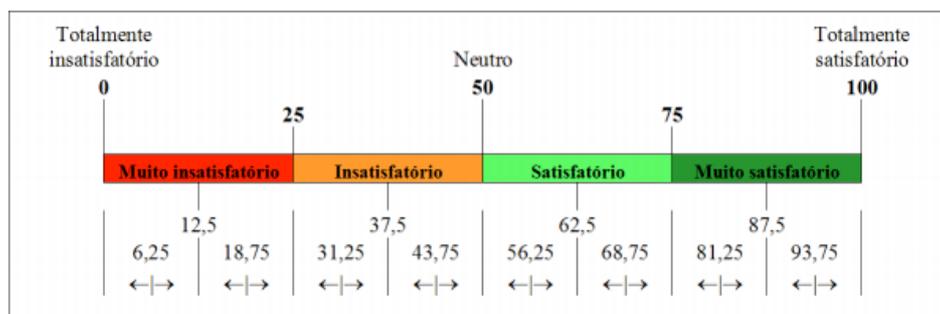
VARIÁVEIS ESTUDADAS

Esfera	Aspectos analisados
Biológica/fisiológica	<p>Disposição física e mental (disposição que o indivíduo possui para a realização do seu trabalho);</p> <p>Capacidade de trabalho (capacidade de realizar com eficácia as tarefas que lhe são incumbidas no cargo);</p> <p>Serviços de saúde e assistência social (serviços de saúde e assistência sociais disponibilizados pela empresa, tais como atendimento médico, odontológico e psicológico);</p> <p>Tempo de repouso (tempo disponível para dormir/descansar entre um dia de trabalho e outro).</p>
Psicológica/comportamental	<p>Autoestima (a avaliação que o indivíduo faz de si mesmo no ambiente laboral);</p> <p>Significância da tarefa (o quanto o indivíduo percebe a importância do seu trabalho e o julga significativo para a empresa e/ou para a sociedade);</p> <p>Feedback(retro informação do desempenho no trabalho do indivíduo, esclarecendo o quão correto ou errado este vem sendo realizado);</p> <p>Desenvolvimento pessoal e profissional (nível com o qual a empresa incentiva e libera o indivíduo para aperfeiçoar o seu conhecimento no intuito de lhe possibilitar crescimento em nível pessoal e/ou profissional)</p>
	<p>Liberdade de expressão (direito que o indivíduo possui de manifestar as suas opiniões, ideias e pensamentos, sem que isso possa lhe acarretar punições);</p> <p>Relações interpessoais (relacionamento que o indivíduo possui com os seus superiores, colegas de trabalho e subordinados);</p> <p>Autonomia (possibilidade de o indivíduo tomar as suas próprias decisões,</p>

Sociológica relacional	sem a necessidade de consulta aos seus superiores); Tempo de lazer (tempo disponível para a prática de atividades com caráter de lazer e o quanto tal tempo é preenchido com atividades desse cunho).
Econômica/política	Recursos financeiros (o quanto os recursos financeiros provenientes do trabalho são suficientes para garantir um estilo de vida satisfatório ao indivíduo e à sua família); Benefícios extras (benefícios que diferenciem a empresa em que o indivíduo trabalha de outras empresas); Jornada de trabalho (o quanto a carga horária semanal de trabalho é condizente com a disposição que o indivíduo possui para realizar as suas tarefas); Segurança de emprego (sentimento de se possuir a segurança de estabilidade no emprego).
Ambiental organizacional	Condições de trabalho (aspectos ergonômicos do ambiente laboral, tais como conforto térmico, luminosidade e ruído); Oportunidade de crescimento (possibilidade de o indivíduo ascender na empresa em que trabalha, seja por meio de promoções de cargo ou por meio da existência de um plano de carreira); Variedade da tarefa (nível com o qual o indivíduo realiza diferentes tipos de atividades no seu cargo, perfazendo com que este não seja monótono); Identidade da tarefa (o quanto o indivíduo realiza tarefas do início ao fim, de forma que o seu trabalho não seja realizar apenas uma fração de uma atividade maior).

Fonte: Adaptado de Pedroso (2010)

Os dados coletados foram tabulados e analisados com base na tabela de classificação de qualidade de vida elaborada por Timossi (2009) e apresentada na sequencia.

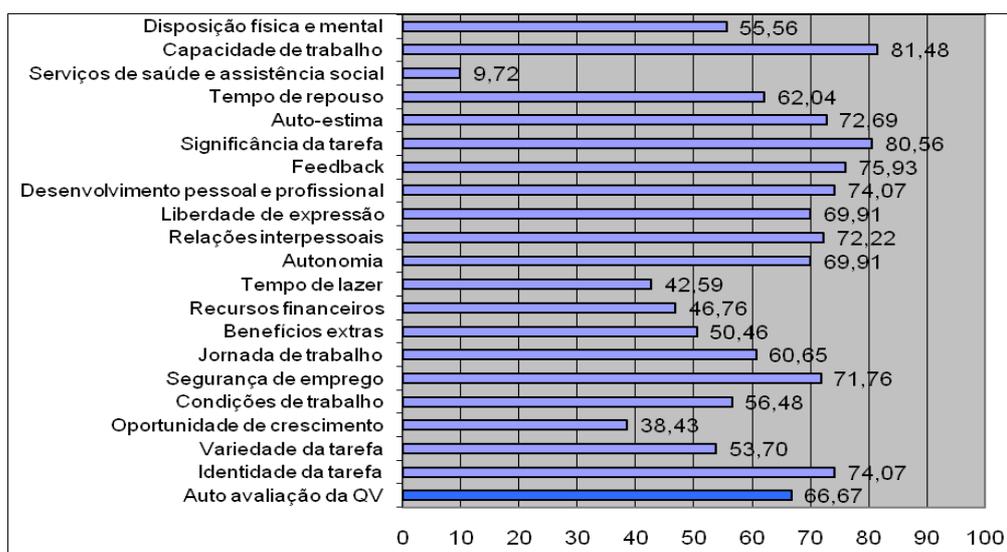


Fonte: Timossi (2009) citado por Pedroso (2010)

4. ANALISE DOS DADOS

Na sequência os dados obtidos com o estudo realizado junto aos trabalhadores e trabalhadoras que integram o programa municipal de economia solidária de São José dos Pinhais. O gráfico 1 exposto na sequência apresenta a nota atribuída pelos trabalhadores entrevistados aos aspectos essenciais para que exista qualidade de vida no trabalho.

GRÁFICO 1: ASPECTOS ANALISADOS



Fonte: os Autores (2014)

Os quatro primeiros aspectos apresentado no gráfico 1 - disposição física e mental, capacidade de trabalho, serviço de saúde e assistência social e tempo de repouso - dizem respeito à esfera Biológica/fisiológica. Segundo os dados apresentados, é possível perceber que os trabalhadores entrevistados dispõem de uma alta capacidade de trabalho (81,43) o que é importante caso o empreendimento deseje expandir sua produção. Ao analisar a esfera Biológica/fisiológica percebeu-se também a carência nos serviços de saúde e de assistência social (9,72), item que teve a pior avaliação entre todos os aspectos analisados pela pesquisa.

Os itens autoestima, significância da tarefa, Feedback e desenvolvimento pessoal e profissional correspondem a esfera Psicológica/comportamental, essa esfera foi bem avaliada pelos entrevistados, considerando a tabela de classificação de qualidade de vida no trabalho apresentada anteriormente, os entrevistados se mostraram de satisfeito a muito satisfeito, com relação a essa esfera. O aspecto Significância do trabalho recebeu 80,56 de pontuação, ratificando o que escreve os teóricos partidários da economia solidária, que

defendem que este modelo de organização para produção possibilita a superação da alienação do trabalho, fator que possibilita a ressignificação do trabalho e faz com que os trabalhadores reconheçam a importância do seu trabalho seja para o empreendimento ou para a sociedade.

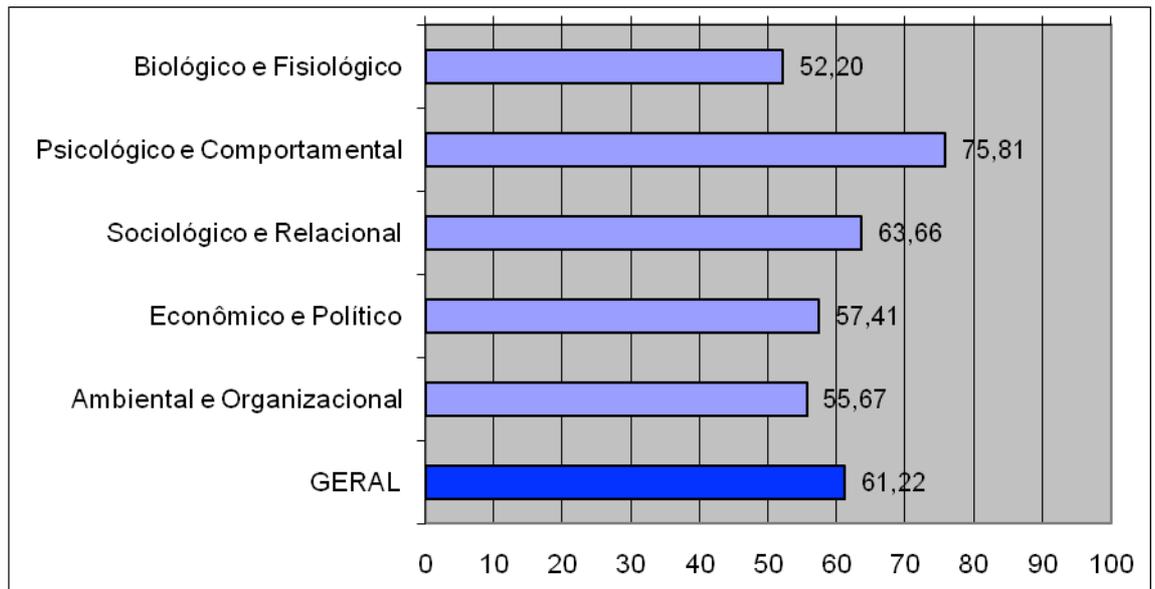
Seguindo a análise, o gráfico mostra que na esfera sociológica/relacional os trabalhadores estão satisfeitos com a liberdade de expressão, com as relações interpessoais constituídas e com a autonomia que tem com relação ao seu trabalho, no entanto, apresentam-se insatisfeitos com o tempo que dispõem para o lazer, aspecto que recebeu 42,59 pontos. Considera-se que os trabalhadores entrevistados disseram estar satisfeito com a jornada de trabalho que cumprem, infere-se que fatores externos ao trabalho impactaram o resultado.

Na esfera Econômica/política foram analisados os recursos financeiros advindos do trabalho realizado, os benefícios extras recebidos, como por exemplo, seguro de saúde e bônus, a jornada de trabalho e a segurança no emprego. Sobre os aspectos analisados, tem-se que os rendimentos advindos dos Empreendimentos Econômicos Solidários ainda não são satisfatórios, o item recursos financeiros recebeu 46,76 de avaliação, no entanto, conforme já citado anteriormente, os trabalhadores estão satisfeitos com a jornada de trabalho exercida e com a segurança que o trabalho proporciona.

Por fim, na esfera ambiental organizacional foi analisado: as condições de trabalho, a oportunidade de crescimento, a variedade de tarefas desenvolvidas e a identificação com as tarefas executadas. O gráfico nos permite inferir que os trabalhadores se identificam com as atividades desenvolvidas, no entanto, percebem poucas possibilidades de crescimento, aspecto que recebeu 38,43 de pontuação.

Tendo em vista que o instrumento de coleta de pesquisa foi elaborado a fim de realizar uma pesquisa por eixo e ou esfera, calculou-se a pontuação média por esfera, e o resultado deu origem ao gráfico 2 apresentado na sequência.

GRAFICO 2: ESFERA ANALISADA



Fonte: Os Autores (2014)

As esferas e ou variáveis analisadas possibilitaram analisar a satisfação dos trabalhadores no que se refere ao equilíbrio entre a vida pessoal, profissional, a forma como são tratados, se sentem valorizados e respeitados, e ao ambiente de trabalho e aos resultados obtidos.

Utilizando-se da classificação apresentada por Furtado (2010) os dados apresentados mostram que no geral os trabalhadores estão satisfeitos, ou seja, a qualidade de vida no trabalho dos mesmos é satisfatória. No entanto, os dados apontam que algumas esferas carecem de maior atenção, é o caso da esfera biológico/fisiológico e da esfera Ambiental/organizacional, que receberam menor pontuação entre os entrevistados. A primeira obteve uma média de 52,20 e a segunda 55,67.

Segundo Veronese (2008) a esfera biológico/fisiológica apresenta aspectos indiscutíveis tanto do ponto de vista da sociologia das práticas sociais, quanto do ponto de vista da psicologia, uma vez que o espaço laboral possibilita a constituição do sujeito e afeta a saúde física e mental do trabalhador.

Sobre a Esfera econômica/político os entrevistados disseram estão satisfeitos, atribuindo uma média de 57,41. Essa pontuação refere-se ao resultado dos recursos financeiros obtidos, aos benefícios recebidos, a jornada de trabalho que cumprem e a segurança no emprego. Os dados aqui apresentados, ratificam informações que já são de conhecimento do movimento de Economia Solidária, e aponta os problemas que precisam ser superados para que a Economia Solidária possa se consolidar como modelo de

organização para o trabalho. Albuquerque (2003) fala da necessidade da elaboração e aprovação instrumentos legais de fácil utilização que fomentem e garantam o modelo de organização para o trabalho pautado na autogestão. Para além da questão legal, é importante citar que na economia solidaria o ser humano é “sujeito e finalidade da atividade econômica”.

As esferas psicológica/comportamental e sociológico relacional foram as que obtiveram maior pontuação, a primeira obteve 75,81 de média, e a segunda 63,66 pontos.

Os resultados obtidos nas esferas psicológica/comportamental e sociológico relacional podem estar em consonância com o que escreveu Schein (1982, p. 19), o autor afirmou que os seres humanos dedicam-se mais ao trabalho quando o mesmo tem significância, ou seja, quando o trabalhador julga que seu trabalho é importante, seja para o grupo ou para a sociedade e quando o trabalhador tem suas expectativas atendidas. Para o autor as expectativas dos trabalhadores estão necessariamente relacionadas ao retorno financeiro, podem ser, por exemplo, “senso de dignidade e valor da pessoa”, e a possibilidade de aprendizagem contínua, ou crescimento profissional, aspectos que conforme os dados apresentados foram bem avaliados pelos trabalhadores dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo realizar um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho no âmbito dos Empreendimentos Econômicos Solidários que integram o programa municipal de Economia Solidaria de São José dos Pinhais. Para além de investigar a existência da qualidade de vida no trabalho, a pesquisa analisou as seguintes esferas ou variáveis: biológica/fisiológica, psicológica/comportamental, sociológica relacional, econômica/política e ambiental organizacional.

A pesquisa de campo apontou que, no geral, os trabalhadores estão satisfeitos com a qualidade de vida no trabalho. Nos aspectos: capacidade de trabalho dos trabalhadores, significância das atividades realizadas, *feedback* recebido, possibilidade de desenvolvimento profissional, relações estabelecidas no ambiente de trabalho e identificação com o trabalho realizado foram os que receberam maior pontuação na pesquisa aplicada, a pesquisa não investigou os motivos que levaram os entrevistados a

apresentarem tais respostas, porém, consideração o ideário da economia solidaria é o aspecto pedagógico inerente a prática da autogestão, os pesquisadores arriscam dizer que o resultado da pesquisa aqui apresentada está relacionado diretamente a prática da autogestão, ao exercício da democracia e a venda direta ao consumidor, o que possibilita um bom feedback e reconhecimento do trabalho desenvolvido.

Os aspectos serviços de saúde e assistência social, oportunidade de crescimento e o retorno financeiro foram que obtiveram menor nota, e que, portanto, carecem de maior atenção. Sobre os dois últimos aspectos citados, cabe ressaltar que estudo publicado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES os dois maiores desafios dos empreendimentos econômicos solidários são: gerar renda adequada aos sócios e viabilizar economicamente os Empreendimentos Econômicos Solidários (MTE, 2013). Em sendo assim, o resultado da pesquisa mostra que no que se refere a questão econômica, os empreendimentos pesquisados estão em consonância com o panorama nacional.

Mesmo não tendo sido objeto da pesquisa percebe-se que para além da questão legal, que impacta na comercialização e, por conseguinte nos rendimentos dos trabalhadores, os Empreendimentos Econômicos Solidários padecem por falta de formação para gestão e de tecnologias que atendam suas necessidades.

No campo conceitual, pode se dizer que trabalho, qualidade de vida no trabalho e economia solidaria mantém uma estreita relação é possível inferir que as discussões em torno do conceito de qualidade de vida no trabalho e de Economia Solidária surgiram a partir das mudanças que impactaram a história do trabalho. Por fim, percebe-se que na perspectiva da Economia Solidária o trabalho esteve sempre relacionado ao suprimento das necessidades, sejam elas biológicas, psicológicas, sociais ou financeiras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão In.: CATTANI, D. (org.). **A outra economia**. 1ed. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003.

BRASIL, Ministério Do Trabalho E Emprego. **Sobre economia solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp>. Acesso em: 20/09/2013.

CAVASSANI, A. P.; CAVASSANI, E. B.; BIAZIN, C. C. **Qualidade de vida no trabalho**: atores que influenciam as organizações. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 13., Bauru, SP, 2006. Anais... Bauru, 2006. p. 1-8. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/784.pdf>. Acesso em: 27 Dezembro 2014.

ESCORSIM, S.; KOVALESKI, J. L.; PILATTI, L. A. & CARLETO, B. **A Evolução do Trabalho do Homem no Contexto da Civilização**: da submissão à participação. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2005, 13 p., Disponível em: <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/ mesa_d ebates/art26.pdf> Acesso em: 26 Dezembro de 2014.

FERNANDES, E. **Qualidade de vida no trabalho**: como medir para melhorar.2. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FERRO, F. F. **Instrumentos para Medir Qualidade de Vida no Trabalho e a ESF: Uma Revisão de Literatura**. 86 f. Trabalho apresentado a conclusão do curso de especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, -Universidade Federal de Minas Gerais. 2012 Disponível em: < <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/referencia/0000003439> >Acesso em: 05 Março de 2014

FURTADO, O. **Trabalho e qualidade de vida**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: ed. Atlas, 1991

IASKIO, E. L. S. O que é economia solidária. In.: BERGONSI, S. S. S. *et al.* **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social**: métodos e abordagens. Curitiba, 2007.

KURZ, R.A **origem destrutiva do capitalismo**: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. 30.3. p.3 c.5. Folha de São Paulo. São Paulo, 1997.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento á escala humana**: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Editora Edifurb, 2012.

NASCIMENTO, C. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NAVARRO, V. L; PADILHA, V. **Dilemas do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Psicologia & Sociedade, 2007, V. 19, N 1, p. 14-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400004&script=sci_arttext> Acesso em: 26 Dezembro de 2014

ORGANIZAÇÃO MUNDIA DA SAÚDE. **Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (whoqol) 1998**. 2006 Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/whoqol1.html>> Acesso em: 28 Dezembro de 2014.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PEDROSO, B. **Desenvolvimento do TQWL-42**: um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dissertação de Pós Graduação. Ponta Grossa, 2010. Disponível em <www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/dissertacoes/diss_2010/DissertaBruno.pdf>. Acessado em: 22 Dezembro de 2014.

SALLES, P.E.M; FEDERIGHI, W.J. **Qualidade de Vida no Trabalho (QTV)**: Origem, Evolução e Perspectiva. O Mundo da Saúde, 2006, v.30, n. 2, p.263-278. Disponível em: <http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/35/qualidade_vida.pdf> Acesso em: 28 Dezembro de 2014.

SCHMIDT, D.R.C). **Qualidade de Vida no Trabalho de Profissionais de Enfermagem, Atuantes em Unidades do Bloco Cirúrgico, sob a Ótica da Satisfação**. Revista Latino-am Enfermagem, Londrina-PR, 2006 v.14, n. 01, p. 54-60. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wpcontent/uploads/2009/06/qualidade-de-vida-no-trabalho-origem.pdf>> Acesso em: 27 Dezembro 2014.

SCHEIN, E. H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Ed. Prentice-Hall do Brasil, 1982.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 5 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WOLECK, A. **O Trabalho, A Ocupação e o Emprego**: uma perspectiva histórica. Instituto Catarinense de Pós-Graduação ICPG, 14 p. 2002. Disponível em: <https://www.zotero.org/groups/ipea_moaq/items/itemKey/ZMFU9DQF> Acesso em: 23 Dezembro de 2014.